

A LEI 11.645/08: DESAFIOS E POSSIBILIDADES A PARTIR DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA SUBPROJETO HISTÓRIA/UNILAB

Antonia Karoline Torres Silveira¹
Edson Holanda Lima Barboza²

RESUMO

Este estudo analisou o processo de implementação da Lei 11.645/08 no contexto do Programa Residência Pedagógica (PRP) da UNILAB/CE. A Lei 11.645/08 estabelece a obrigatoriedade da inclusão da história e cultura indígena no currículo escolar, buscando promover uma educação mais inclusiva e plural. A metodologia adotada para a realização dessa pesquisa foi um estudo bibliográfico e documental. Esse levantamento possibilitou uma compreensão inicial dos desafios e possibilidades de aplicação do conteúdo indígena no ambiente escolar, a partir dos documentos produzidos durante o PRP, especificamente no âmbito do subprojeto do Curso de Licenciatura em História da Unilab. A análise da documentação possibilitou uma compreensão mais aprofundada sobre a aplicação prática da legislação e os obstáculos enfrentados pelos futuros professores. Os resultados indicaram que a implementação da Lei 11.645/08 pelos residentes, sob a orientação dos professores preceptores, se mostrou desafiadora e de caráter experimental. A complexidade de abordar a história e a cultura indígena de maneira crítica e contextualizada foi um desafio para os residentes, que, em muitos casos, precisaram criar suas próprias metodologias para discutir o conteúdo. Contudo, esse processo proporcionou uma rica troca de saberes entre os residentes e seus preceptores, permitindo o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais adequadas ao contexto escolar. A conclusão da pesquisa aponta que a implementação da Lei 11.645/08 pelos residentes tornou-se viável à medida que passaram por momentos de planejamento e formação antes de assumirem a regência em sala de aula. Esses momentos formativos foram essenciais para a execução das atividades, já que permitiram aos residentes compreenderem o ambiente escolar e se familiarizarem com o seu funcionamento, facilitando a adaptação às demandas da prática docente. O PRP proporcionou aos futuros professores a oportunidade de conhecerem de perto os desafios da implementação da lei, ao mesmo tempo em que os prepararam para enfrentá-los com maior segurança e competência. Assim, conclui-se que o Programa de Residência Pedagógica foi uma ferramenta fundamental para a formação de professores capazes de implementar a Lei 11.645/08 de forma eficaz no contexto escolar que foram inseridos.

Palavras-chave: Lei 11645/2008; Residência pedagógica; Ensino de História Indígena.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente,
karolinetorresbte@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente,
edsonholanda@unilab.edu.br²

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa como o Programa de Residência Pedagógica trabalhou a questão indígena, após a Lei 11.645/08 nas escolas-campo, especificamente no subprojeto História/CE da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB/CE.

O Programa de Residência Pedagógica - PRP foi uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que visava não apenas melhorar a qualidade da formação dos professores, mas também contribuir para o fortalecimento da relação entre a universidade e a escola, possibilitando uma formação mais próxima da realidade do local que será seu ambiente de trabalho, promovendo uma maior integração entre teoria e prática no processo de formação docente.

É neste contexto, que destacaremos como ocorreu a práxis acerca da temática indígena nas escolas-campo pelos futuros profissionais de educação a partir de uma Política Nacional de Formação de Professores. O presente estudo desponta da concepção materialista histórico-dialética, conforme Saviani (2009, p.88) indica que “facilitam compreender e explicar as relações substantivas que os homens estabelecem com a natureza e consigo mesmos, através de toda história”, em que reconhece que as condições materiais e históricas moldam profundamente as estruturas sociais, econômicas e culturais de uma sociedade.

Dentro desse contexto, a compreensão da relação entre trabalho, educação e estrutura social é fundamental para uma análise crítica das desigualdades e injustiças presentes na sociedade. A partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética, busca-se não apenas descrever as condições sociais, mas também compreender suas raízes históricas e promover a transformação social em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) desempenhou um papel crucial na formação dos futuros professores. Ao estar intimamente ligado ao trabalho docente, ofereceu uma oportunidade única para os licenciandos desenvolverem habilidades práticas, compreenderem as dinâmicas da sala de aula e se prepararem para os desafios reais que encontrarão em suas carreiras.

O subprojeto em análise expõe uma propositura que integra os conteúdos definidos pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC com a implementação da Lei 11.645/08 nas escolas-campo no decorrer do ano letivo na educação básica brasileira. Nesse sentido, a análise do PRP, sob uma perspectiva materialista histórico-dialética, buscará compreender como a implementação dessa proposta contribui para a construção de uma abordagem mais integrada, contínua e contextualizada da história e dos povos indígenas na educação básica.

Essa análise também examinou os desafios, as contradições e as potencialidades dessa abordagem, assim como seu impacto na formação dos estudantes de História na promoção de uma educação mais inclusiva, crítica e anticolonial na educação básica.

Por fim, faremos uso da metodologia baseada na análise de documentos que foram produzidos durante o processo formativo do PRP. Busca-se, portanto, compreender como os saberes dos povos indígenas e comunidades tradicionais estão presentes no currículo e na abordagem dos residentes e preceptores em suas experiências em sala de aula na rede de ensino brasileira.

METODOLOGIA

Com relação aos aspectos metodológicos, conforme Severino (2007), utilizou-se o estudo bibliográfico e documental. Essa análise aconteceu a partir dos conteúdos que foram elaborados durante o PRP/História-/UNILAB/CE com foco na temática indígena, ou seja, na implementação da Lei 11.645/08 e sobre a formação

de professores para o ensino de História. Esse estudo envolveu uma revisão da literatura sobre temas relacionados ao Programa de Residência Pedagógica, à formação de professores, à História da Educação e a outras áreas pertinentes.

No contexto específico do PRP/História-CE/UNILAB, o estudo bibliográfico e documental incluiu análises do Caderno de Formação ; dos Planos Individuais de Trabalho ; dos Portfólios e dos e-books do Programa Residência Pedagógica na UNILAB, contendo o resultado das experiências durante o programa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei 11.645/08 visa promover a inclusão e valorização das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, combatendo o preconceito e fomentando uma educação mais plural e inclusiva. A implementação da Lei 11.645/08 pelos residentes com orientação do professor preceptor se mostrou desafiadora e de caráter experimental. Percebe-se que apesar de terem se passado dezesseis anos, ainda é uma realidade o desconhecimento da legislação acerca do conteúdo assegurado pela mesma.

A análise de matérias que foram produtos do PRP, nos possibilitou entender como ocorreu a práxis pelos residentes e como os preceptores foram importantes nesse processo formativo. Sabe-se da necessidade em implementar a referida legislação, no entanto, entende-se os desafios e dificuldades enfrentados durante o processo de formação.

A vivência no programa proporciona uma maior conscientização sobre a importância de abordar essas temáticas de forma crítica e integradas ao ensino da história. A inclusão na grade curricular abrange a luta e a cultura indígena, além da formação da sociedade nacional, valorizando as contribuições desses povos em todos os aspectos da história do Brasil.

Embora a Lei 11.645/08 exija a inclusão dos temas afro-brasileiros e indígenas, há um debate sobre como essa inclusão ocorre. Muitas vezes, o ensino desses conteúdos se restringe a dados comemorativos ou a uma abordagem superficial, sem uma reflexão crítica sobre as contribuições e lutas desses povos. No subprojeto analisado, há uma discussão sobre a importância de adotar uma perspectiva crítica, que vai além do conteúdo informativo e envolva uma análise histórica e social mais profunda, questionando estereótipos e desconstruindo preconceitos.

CONCLUSÕES

A implementação da Lei 11.645/08 pelos residentes tornou-se viável à medida que os futuros professores de história passaram por planejamentos e formações de equipes, antes de assumirem a regência em sala de aula. Esses momentos formativos foram fundamentais para a execução das atividades. Nesse sentido, o programa propõe que fortaleçam o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da educação básica, ao mesmo tempo que formam, ampliam e atualizam os conhecimentos de residentes e preceptores; Refletir sobre o impacto da Residência Pedagógica na formação docente é crucial para fomentar futuras transformações nas licenciaturas.

Verificou-se que o Programa Residência Pedagógica proporcionou aos residentes a oportunidade de conhecer o ambiente escolar e compreender o seu funcionamento, facilitando a familiarização com o futuro local de trabalho. Nesse contexto, o contato direto com a sala de aula e a prática docente possibilitou uma compreensão mais aprofundada dos elementos que definem esses espaços, promovendo uma troca de saberes enriquecedora. Assim, identificamos que o cumprimento da Lei 11.645/08 não se trata apenas de inserir



conteúdos específicos no currículo, mas sim de promover uma transformação no olhar da sociedade para com a cultura indígena.

O Programa Residência Pedagógica desempenhou um papel fundamental na formação de futuros professores, capacitando-os para lidar com essas temáticas de maneira crítica e integrada às práticas pedagógicas. No entanto, para que a lei alcance o seu pleno potencial, é necessário um apoio institucional mais robusto, incluindo políticas públicas que fortaleçam a formação continuada e incentivem o desenvolvimento de recursos específicos para o ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP e ao Mestrado Interdisciplinar em Humanidades - MIH pela parceria no desenvolvimento do Projeto: Formação de professores para o desenvolvimento social no Ceará bem como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pelo fomento da bolsa para pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 18 out. 2023.
- BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 18 out. 2023.
- COSTA, Elisângela André da Silva (Org). Caderno de Formação do Programa Residência Pedagógica - v. 1. Redenção: Unilab, 2020.
- COSTA, Elisângela André da Silva; RABELO, Ana Paula; SILVA, Rosângela Ribeiro da; FRANCO, Roberto Kennedy Gomes (Orgs). Programa Residência Pedagógica na Unilab: formação docente e trabalho educativo em tempos da Pandemia de Covid-19. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.
- COSTA, Elisângela André da Silva (Org.). Programa Residência Pedagógica: Aproximações iniciais com o PRP - Unilab. Cadernos de Formação - Vol. 2. [Recurso eletrônico]. Redenção: UNILAB, 2022.
- COSTA, Elisângela André da Silva. NORONHA, Aurélio Wildson Teixeira de. OLIVEIRA, Carlos Héric Silva (Org.). Experiências formativas, investigativas e colaborativas do Programa Residência Pedagógica - UNILAB. [recurso eletrônico] Cachoeirinha: Fi, 2024. 536p.
- MARTINS, Elcimar Simão. Formação contínua e práticas de leitura: o olhar do professor dos anos finais do ensino fundamental. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. In Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.
- SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.